

As encostas do Rio

J.B.
3/8/98
25

9

CARLOS GABAGLIA PENNA*

Encontra-se em tramitação, na Câmara Municipal, o projeto de lei da Prefeitura permitindo a construção de condomínios horizontais nos morros cariocas, acima da cota 100 metros. O principal argumento dos autores do projeto e dos que têm interesse direto na sua aprovação é o de que esses condomínios iriam impedir a favelização local. Ora, as propriedades visadas são todas bastante distantes de favelas e sem ameaças imediatas de ocupação. Ou alguém acredita que incorporadores se interessam por áreas vizinhas a favelas? Tal argumento parece mais uma chantagem do poder público, que tem a obrigação de coibir a ocupação ilegal de terrenos. Com o pânico intencionalmente criado em torno do risco de favelização, a Prefeitura quer justificar *a priori* a sua omissão em proteger as encostas da cidade, favorecendo assim os interesses comerciais de uns poucos.

Como de hábito, outro dos argumentos mais utilizados é o de geração de empregos e de receita pública, um surrado e tedioso argumento para fantasiar insustentáveis formas de desenvolvimento econômico e danosos projetos de desenvolvimento urbano.

Pois ele é repetido pelo presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro, Natalino Rabinovitch, em artigo publicado no **JORNAL DO BRASIL** de 24 de julho.

É sintomático que o presidente deste sindicato considere as áreas de encostas, cobertas de vegetação e não ocupadas por habitações, como áreas abandonadas. Dentro desse conceito arcaico de progresso, tudo o que não é "beneficiado", ou transformado pelo homem, é inútil, por não produzir lucro. Como se fosse favorável à civilização humana a crescente simplificação de complexos ecossistemas e como se fosse possível a ocupação de todos os espaços, aumentando indefinidamente a concentração urbana.

A Mata Atlântica, mesmo secundária, que cobre as encostas da cidade, presta uma enormidade de serviços: mantém a qualidade do ar, minora a temperatura, desempenha um papel fundamental no ciclo da água, fixa o solo, dá abrigo à importante fauna nativa e compõe a paisagem, embelezando a cidade e contribuindo para o bem-estar dos cidadãos. Não é para ser substituída por condomínios, que não oferecem nenhum proveito para o Rio e seus habitantes.

Além disso, a Mata Atlântica, que é o bioma característico de nossa cidade, é protegida por um elenco de leis estaduais e federais e considerada reserva da biosfera pela Unesco.

É curioso que os defensores do projeto tentam passar a imagem de bucólicos condomínios, que protegeriam a natureza contra eventuais invasões de sem-teto, ignorando que a classe média e os ricos são também contumazes apropriadores de terras públicas, expandindo as suas propriedades à custa do meio ambiente. Ambas as formas de ocupação devem ser firmemente reprimidas. Depende apenas de vontade política.

Mas o mais importante é que esses condomínios, apesar de isolados dos locais de maior densidade urbana, trariam igualmente impactos consideráveis. Eles não estariam, obviamente, dissociados da cidade e de seus problemas, e provocariam um aumento local (e até regional) de demanda das vias de acesso, já bastante saturadas, de sobrecarga dos serviços públicos – todos trabalhando aquém das necessidades – e de geração de lixo e de barulho, etc. A inevitável impermeabilização dos terrenos ajudaria a diminuir o tempo de concentração das águas, dando uma significativa contribuição para as enchentes cariocas...

A poluição visual das cicatrizes causadas por esses condomínios nas áreas florestadas deve ser igualmente considerada. Precisamos de mais – e não de menos – verde, de menores – e não de maiores – taxas de ocupação na megálope que é o Rio (a 16ª cidade mais povoada do planeta). A construção desses condomínios não criaria nenhuma sinergia com os demais (e positivos) projetos da Prefeitura para os morros da cidade, como quer crer o sr. Rabinovitch. O que produziria realmente é um aumento da entropia, perturbando a homeostase da vida urbana.